

VERDADES E MITOS SOBRE A INVASÃO DO IRAQUE*

NOAM CHOMSKY

A invasão do Iraque não pode ser descrita de modo sério como uma guerra contra o Iraque, pelo menos não mais que a invasão da Bélgica pelos nazistas em 1940 como sendo uma guerra contra a Bélgica. A capacidade de resistência do Iraque era tão limitada que fica difícil chamar isso de guerra. A declaração do presidente Bush, vestindo um traje de combate e de pé no *deck* do porta-aviões Abrahan Lincoln, - “os Estados Unidos e nossos aliados vencemos”- completou um mito¹ cuidadosamente construído. Por isso, é importante nos recordarmos de alguns fatos salientes.

AS RAZÕES OFICIAIS ERAM ENGANOSAS

Quando os tambores de guerra começaram a soar, Bush, Powell e os demais funcionários saíram de sua rota para se assegurar de que tivéssemos entendido as razões oficiais por meio de uma dose sustentada de autocontradição. Um dia, a “única questão” era quando o Iraque se desarmaria. Ari Fleischer, porta voz da Casa Branca, dizia: “Estamos convencidos de que eles possuem armas de destruição de massa —é disso que se tratava e

* Este ensaio foi baseado em parte nas entrevistas com V. K. Ramachandran em (03/04/2003), em *Frontline* (Índia) e com Michael Albert (13/04/2003), ambas disponíveis na Znet <www.zmag.org>.

se trata a guerra”. Este foi o pretexto utilizado durante toda a farsa do desarmamento da Organização das Nações Unidas (ONU). Na verdade, a Comissão das Nações Unidas de Vigilância, Verificação e Inspeção (UN-MOVIC) estava fazendo um bom trabalho para levar adiante o desarmamento do Iraque, e poderia ter continuado se esse fosse o objetivo. Mas, após Powell e outros terem afirmado solenemente que esta era a “única questão”, o presidente Bush afirmou e ao mesmo tempo rejeitou este argumento anunciando que o desarmamento não era em absoluto o objetivo: mesmo que não houvesse um canivete em todo o Iraque, os EUA invadiriam de qualquer maneira, porque estavam comprometidos com a “mudança de regime”. Logo escutamos que tampouco se tratava disto. Na cúpula dos Açores, onde Bush e Tony Blair lançaram seu ultimato à ONU –“Façam o que dizemos ou tornem-se ‘irrelevantes’”– ficou claro que a invasão se realizaria mesmo se Saddam e sua trupe abandonassem o país. Portanto, “mudar o regime” não era suficiente: devia ser modificado para o regime correto, aquele que, pegando emprestada a terminologia britânica que costumava vigorar na região, empresta aos governantes estadunidenses uma “fachada árabe”. Outras vezes escutamos que o objetivo era a “democracia” no mundo. Os pretextos dependiam da platéia e das circunstâncias. Nenhuma pessoa pensante poderia levar a sério esta piada.

Para começar, o Iraque não era uma força militar e foi amplamente desarmado durante a década de 90, enquanto a maioria da sociedade iraquiana foi levada ao limite de subsistência pelas sanções dos EUA e do Reino Unido, que usaram a ONU como disfarce. Sua economia e seus gastos militares correspondiam a cerca de um terço dos do Kuwait, que possui 10% da população do Iraque, bem menos que outros na região e ainda menos com relação à superpotência regional, Israel (nesse momento virtualmente uma base militar estrangeira dos EUA). E a força invasora não possuía apenas um poder militar indiscutivelmente superior, mas também informação ampla para orientar suas ações, oriundas de observação de satélites e sobrevôos por muitos anos, e mais recentemente caças U-2 com o pretexto do desarmamento, certamente enviando dados diretamente para Washington.

A “DEMOCRACIA” ERA TUDO MENOS O OBJETIVO

Os EUA se opuseram consistentemente à democracia no interior do Iraque, e se oporiam em qualquer outro lugar, a menos que esta estivesse dentro de limites bem estabelecidos. Sua natureza emerge com grande clareza dos registros históricos e documentais. Um proeminente acadêmico, que também participou dos programas de “promoção da democracia” no governo de Re-

agan, descreve de maneira precisa o objetivo como “maneiras de mudanças democráticas limitadas e de cima para baixo, que não ponham em risco as estruturas tradicionais de poder das quais os EUA têm sido um aliado há muito tempo”².

Em 1991, Saddam Hussein foi autorizado a suprimir, brutalmente, uma revolta que poderia tê-lo derrubado, mas teria deixado o país nas mãos de iraquianos que não seriam suficientemente subordinados a Washington. Isto foi muito bem compreendido por aqueles que agora fingem estar espantados pelas valas coletivas que sempre souberam existir, e agora preferem esconder a explicação que deram na época, de que era certo Washington autorizar a matança porque Saddam “oferecia ao Ocidente e à região maior esperança para a estabilidade de seu país que aqueles que sofreram sua repressão”³. O principal correspondente diplomático do *New York Times*, que agora escreve que as valas comuns justificam seu argumento moral para a invasão, contou uma história bem diferente quando a decisão foi tomada no sentido de impedir que os iraquianos derrubassem Saddam em 1991: “o melhor dos mundos” para Washington, explica ele, seria “uma junta iraquiana com mão de ferro sem Saddam Hussein” que governaria como Saddam. Mas como isso não era possível, teríamos que apoiar Saddam, amigo e aliado de Washington, que caiu em desgraça quando desobedecera às ordens (ou as interpretara mal) ao invadir o Kuwait em agosto de 1990, mas foi uma escolha melhor que um Iraque governado pelo povo iraquiano⁴. A reunião de Açores simplesmente reiterou esta posição doze anos depois: os iraquianos podem governar o Iraque como os amigos de Washington da América Latina podem governar o “quintal” dos EUA, ou como os iraquianos governaram o país sob a supervisão da Inglaterra depois da Primeira Guerra Mundial.

O regime de sanções assassino dos EUA e do Reino Unido dos anos seguintes devastou a sociedade iraquiana, mas fortaleceu o tirano, forçando a população a depender de seu sistema de distribuição de gêneros básicos (altamente eficiente) para sua sobrevivência. As sanções, portanto, minaram a revolta popular que teria derrubado uma série impressionante de outros monstros que foram apoiados fortemente pelos mandatários atuais em Washington: Marcos, Duvalier e Ceausescu até o fim de seu domínio sangrento, juntamente com Joseph-Désiré Mobutu, Mohamed Suharto e uma longa lista de outros, alguns deles tão tirânicos e bárbaros quanto Saddam. Se não fosse pelas sanções, Saddam continuaria muito bem como sempre, como têm assinalado os ocidentais que melhor conhecem o Iraque, Denis Halliday e Hans van Sponeck, os quais chefiaram a missão humanitária no Iraque, com uma equipe internacional de centenas de investigadores que viajavam diariamente pelo país⁵.

Nos primeiros dias da invasão, Leith Kubba, uma das mais importantes vozes da oposição secular iraquiana no exterior, que está ligado ao *National Endowment for Democracy* do congresso, um organismo criado pelo Congresso dos EUA, solicitou que a ONU tivesse um papel vital após o final da guerra e descartou a possibilidade de que os EUA controlassem a reconstrução. E uma das principais figuras da oposição xiita, o líder do Conselho Supremo para a Revolução Islâmica no Iraque, Sayed Muhamed Baqer al-Hakim, declarou à imprensa durante seu exílio no Irã: “entendemos que esta guerra é uma imposição da hegemonia estadunidense no Iraque”, acrescentando que percebiam os EUA como “uma força de ocupação mais que de libertação”. Enfatizava que a ONU devia supervisionar a eleição e clamava às “tropas estrangeiras para abandonarem o Iraque” e para deixarem os iraquianos no comando. Reiterou esta postura em seu retorno ao Iraque em 10 de maio de 2003.

Em termos gerais, é provável que a maioria xiita se una ao resto da região em busca de relações mais estreitas com o Irã, que é a última coisa que os partidários de Bush querem. Os curdos, o componente da população que o segue em número, provavelmente buscarão algum tipo de autonomia dentro de uma estrutura federal, a qual seria um anátema para a Turquia, principal base regional dos EUA. Uma democracia genuína na região produziria resultados incompatíveis com os objetivos hegemônicos norte-americanos. Estudos recentes indicam que, do Marrocos ao Líbano e ao Golfo, grande maioria da população deseja que os líderes religiosos islâmicos tenham maior protagonismo no governo e aproximadamente 95% crê que o único interesse dos EUA na região é o controle de seu petróleo e o fortalecimento de Israel.

Imaginar que Washington toleraria eleições realmente democráticas no Iraque e que respeitaria o resultado das mesmas sempre foi uma fantasia. Aqueles que desenham políticas nos EUA queriam um regime de marionetes, que seguisse as práticas vigentes no resto da região e, mais claramente, nas regiões como América Central e Caribe que estiveram sob o domínio estadunidense durante um século. Brent Scowcroft, o assessor nacional de segurança de Bush pai, recentemente repetiu o óbvio: “O que acontecerá a primeira vez que fizermos uma eleição no Iraque e ganharem os radicais? O que eles fariam? Com certeza não os deixaríamos assumir”⁶.

O desprezo que o Governo Bush tem pela democracia ficou ainda mais flagrante com relação aos estados que se negaram a juntar-se à invasão. O fracasso dos assim chamados “esforços diplomáticos” —de fato, o fracasso da coerção, dos subornos e das ameaças— para ganhar o apoio destes estados deveu-se à oposição maciça da vasta maioria da população dos mesmos. O caso mais eloquente foi o da Turquia, muito vulnerável aos castigos e ame-

aças dos EUA. No entanto, para surpresa de todos, o novo governo turco não conseguiu fazer com que o parlamento respaldasse o papel que os EUA haviam reservado ao país, descartado por 95% da população. A Turquia foi asperamente condenada por tal posição nos EUA, como também o foram França e Alemanha, já que seus governos adotaram a posição da assombrosa maioria de suas populações, enquanto que países como Itália e Espanha (e obviamente o Reino Unido) foram elogiados: seus líderes aceitaram seguir Washington apesar da oposição de uma maioria de votantes ainda mais ampla que a da velha Europa ultrajada. O critério que diferenciava a velha Europa (denunciada e castigada) da nova (elogiada e recompensada) era bastante claro: se um governo assumia a mesma posição que a vasta maioria de sua população, este pertencia à velha Europa; se seguia as ordens marciais emanadas de Crawford, Texas, e desdenhava as perspectivas da imensa maioria de sua população, era parte da excitante e promissora nova Europa, a onda do futuro na cruzada pela democracia.

Tudo isto foi acompanhado por uma ampla celebração nos meios das convicções democráticas de líderes que na realidade estavam expressando seu ódio pela democracia com clareza dramática. Se isso estivesse acontecendo em Andorra poderia ter sido engraçado, mas não era assim quando acontecia diante de nossos olhos no estado mais poderoso da história, o qual havia proclamado sua intenção de governar o mundo, pela força se necessário.

O medo e o ódio da democracia substantiva por parte das elites não são novos nem surpreendentes. Mas não recorro de nada similar a este desprezo aberto e descarado pela crença de que a voz do povo tem que ter algum papel em uma “democracia”. Não apenas os funcionários governamentais adotaram esta posição como uniformidade notável; como também o fizeram muitos comentaristas, incluindo liberais como Thomas Friedman*, que nos informou que “a França, como dizem no jardim de infância, não sabe brincar com os outros” e deveria, portanto, ser substituída no Conselho de Segurança pela Índia, que é “séria”, agora que está governada por um partido nacionalista de ultradireita que, como ele crê, possui mais vontade de “brincar direito” com os virtuosos de Washington. Segundo seus padrões, as populações da Europa devem estar no berçário, já que de acordo com uma pesquisa realizada naquele momento pelo Gallup, que não foi difundida, a maioria opunha-se, ainda mais fortemente que na França, à guerra de Bush e Blair. Gerou-se uma ampla literatura para explicar porque a França, Alemanha, Turquia e outros estavam tratando de

* N. da T.: Thomas Friedman é colunista para temas internacionais do *New York Times*.

minar o poderio dos EUA. Para estes comentaristas parecia inconcebível que, quando a grande maioria da população tivesse uma opinião, um governo pudesse querer prestar-lhe alguma atenção.

Este desprezo pela democracia por parte do Governo Bush e de seus partidários foi igualado por seu desprezo pelo sistema internacional. Houve inclusive pedidos para a dissolução da ONU, que havia “fracassado” (ou seja, havia fracassado em respaldar a política dos EUA). Os EUA não tentarão dismantelar a ONU, mas se assegurarão em limitar ainda mais seu papel, porque se não obedece a ordens, que utilidade possui? Como afirmava o moderado Colin Powell, a ONU pode dar autorização para que os EUA façam o que se propõem fazer ou pode “deixar de operar e ter outras discussões”, mas essas são suas únicas opções: seguir ordens ou constituir-se em uma sociedade de debates. Não há nada particularmente novo nisto, como o revela a história de vetos desde que a ONU alcançou certo grau de independência nos anos 60 (com os EUA liderando amplamente, seguidos pelo Reino Unido, sem que outro país pudesse aproximar-se). Mas o caráter extremo das posições recentes tem um significado não desprezível.

O PRINCIPAL MOTIVO ERA PROMOVER UMA “AÇÃO EXEMPLAR”

Em setembro de 2002, o Governo Bush lançou sua estratégia de segurança nacional provocando o estremecimento de todo o mundo, inclusive no interior da própria elite de relações exteriores dos EUA. Ainda que existissem vários antecedentes, esta estratégia gerou uma nova marca: pela primeira vez no mundo do pós-guerra um estado poderoso anunciou, de maneira firme e clara, que tinha intenções de governar o mundo para sempre, destruindo pela força qualquer desafio potencial que pudesse perceber. Isto costuma ser definido como uma doutrina de “guerra antecipatória” [*pre-emptive*]. É um erro: está muito além da antecipação. Às vezes ela é denominada, com mais precisão, doutrina de guerra preventiva [*preventive*], mas isto também subestima a doutrina. Nenhuma ameaça militar, por mais remota que seja, necessita ser prevenida; os desafios podem ser fabricados à vontade, e podem não envolver nenhuma outra ameaça além do próprio “desafio”. Aqueles que prestam atenção na história e nos registros documentais estarão conscientes de que um “desafio bem-sucedido” foi usado freqüentemente para justificar o recurso ao uso da força no passado, às vezes sob o nome de “manutenção da credibilidade”, bem ao estilo dos chefões da máfia.

Desde o início, a doutrina foi entendida como uma autorização para que o governo estadunidense recorresse à guerra contra um país que tem ou está desenvolvendo armas de destruição em massa. Talvez a consequência mais

importante do colapso dos argumentos dos EUA e do Reino Unido sobre as armas de destruição em massa no Iraque é a reinterpretação desta doutrina. Como Bush e os demais deixaram claro, basta que um país tenha o “potencial” para desenvolver armas de destruição em massa para que este seja eleito com alvo de ataque. O presidente anunciou que a busca destas armas foi bem-sucedida, já que foram encontrados dois “trailers” que poderiam ter sido usados com o propósito de produzir armas nucleares. De acordo com este critério, virtualmente todos os países são alvos legítimos de ataque, tanto na atualidade como em um futuro indefinido. Portanto, o alcance da doutrina torna-se bastante impressionante.

Quando uma nova doutrina é anunciada, devem ser realizadas ações que demonstrem sua seriedade, de modo tal que, nas palavras dos analistas jurídicos e acadêmicos, esta possa tornar-se uma nova “norma em matéria de relações internacionais”. É importante estabelecer normas deste tipo quando se espera governar o mundo pela força durante um futuro previsível. Tal como assinalou Roger Owen, historiador de Harvard especializado no Oriente Médio, ao discutir as razões da invasão do Iraque: a ação que era necessária neste caso era uma guerra de “natureza exemplificativa”⁷. A ação exemplificativa ensina uma lição que outros devem aprender.

O alvo deve ter certas qualidades cruciais: deve ser importante –não tem sentido ilustrar a doutrina por meio da invasão de Burundi– e deve estar indefeso. O Iraque cumpria perfeitamente com ambas as condições. Sua importância é óbvia, como também a fraqueza necessária. Era então uma escolha perfeita para uma ação exemplar que estabelecesse a doutrina do domínio global pela força como uma nova “norma”. Isto foi admitido logo depois que o caso teste foi declarado um sucesso. A publicação da Estratégia de Segurança Nacional dos EUA referia-se ao tema dizendo que “foi o sinal de que o Iraque seria a primeira prova, não a última”. O *New York Times* informou: “o Iraque transformou-se no tubo de ensaio no qual esta política foi experimentada”. Após a norma ter sido estabelecida, um alto funcionário acrescentou que “não duvidaremos de atuar sozinhos, se for necessário, para exercer nosso direito de autodefesa através da ação antecipatória”. Paulatinamente, o conceito de antecipação foi reformulado para referir-se ao que o Tribunal de Nuremberg chamou de “crime supremo” de iniciar uma guerra não provocada, que é o que o Governo Bush utiliza agora para fazer o que lhe parece apropriado⁸.

Era de se imaginar que a sociedade iraquiana entraria em colapso, que os soldados invadiriam e que os EUA poderiam estabelecer o regime que preferissem e erigir bases militares. Os EUA estariam em condições melhores para enfrentar os casos mais duros: Coréia do Norte, Irã e Síria, mas também há outros alvos possíveis, como, por exemplo, a região andina. Esta

possui recursos importantes, incluindo petróleo; está fora de controle, com perigosos movimentos populares independentes; e rodeada de bases militares estadunidenses, com tropas já instaladas no terreno.

O ATAQUE AO IRAQUE FAZ PARTE DA ESTRATÉGIA ELEITORAL REPUBLICANA EM VIGOR

A declaração da nova Estratégia de Segurança Nacional e a propaganda para preparar a opinião pública estadunidense para a invasão coincidiram com o início da campanha eleitoral para as eleições legislativas de novembro de 2002, em setembro do mesmo ano. Karl Rove, responsável pela campanha do Governo, já havia explicado que os republicanos deviam “avançar no tema da segurança nacional [porque os votantes] confiavam no Partido Republicano [para] proteger a América”⁹. Não é necessário ser um gênio da política para se dar conta de que o Governo Bush não teria a menor chance se os temas econômicos e sociais tivessem dominado a eleição. Portanto, era necessário inventar uma ameaça à sobrevivência nacional para que o presidente a superasse brilhantemente. A estratégia funcionou, limitadamente, para esta eleição. As pesquisas revelam que os votantes mantiveram suas preferências, mas suprimiram suas preocupações sobre o emprego, as pensões, os benefícios, etc., em favor da segurança. Como Rove explicava amavelmente, algo similar será necessário para a campanha eleitoral de 2004*. O *Wall Street Journal* esteve muito correto ao afirmar que a operação do Partido Republicano no porta-aviões Abraham Lincoln não foi a declaração do fim da guerra, mas o início da campanha presidencial de 2004, a qual, coincidentemente, estava sendo retardada por várias semanas para que se pudesse iniciar em Nova Iorque imediatamente depois do 11 de Setembro.

Tudo isto foi inerente à natureza do Governo Bush. Seus integrantes foram majoritariamente reciclados entre os setores mais reacionários das administrações de Reagan e Bush pai. Sabem que foram capazes de governar o país por doze anos e realizar programas internos com grande oposição pública recorrendo periodicamente ao botão do pânico, como havia ocorrido no caso dos líbios, que nas palavras de Reagan, tentaram “expulsar-nos do mundo”; ou no caso da base aérea em Granada, a partir da qual os russos pretendiam bombardear os EUA; ou com os nicaraguenses que apenas “a dois dias de distância de Harlingen, Texas” planejavam tomar o hemisfério; ou os criminosos negros a ponto de estuprar sua irmã (invocados por Willie Horton na campanha presidencial de 1988); e, finalmente, narcotraficantes hispâ-

* N. de T.: coisa que realmente aconteceu nas eleições presidenciais de novembro de 2004.

nicos a ponto de destruir-nos. A cada ano aparecia alguma coisa destas. Em 1985, o Governo Reagan declarou Emergência Nacional pela ameaça feita pelo governo da Nicarágua à segurança dos EUA. Virtualmente as mesmas palavras foram usadas quando o Congresso autorizou a invasão do Iraque em outubro de 2002, pouco depois de iniciada a campanha propagandística.

Se os reduzidos –e extraordinariamente corruptos– setores do poder e privilégio privados representados pelo Governo Bush levarão adiante seu programa reacionário interno passando por cima da forte oposição popular, e assegurarão que seja difícil reconstruir o que está sendo desmantelado, é necessário que os EUA se sintam sob ameaça constante. A declaração de Bush de que os estadunidenses “negam-se a viver com medo” foi precisamente o oposto do objetivo e das conseqüências da propaganda e das políticas de “segurança” interior instituídas por seu governo¹⁰.

A MÍDIA DESEMPENHOU UM PAPEL CRUCIAL NA PROPAGANDA

O tambor de Guerra começou a soar em setembro de 2002, e a campanha de propaganda governamental na mídia foi espetacularmente bem-sucedida. A mídia transmitiu a propaganda do governo sobre a ameaça à segurança dos EUA oferecida pelo Iraque, sua participação no 11 de setembro e nos demais atos de terrorismo, etc., às vezes enfeitando-a por sua própria conta. A maioria da população rapidamente se convenceu de que o Iraque era uma ameaça iminente para a segurança dos EUA. Pouco depois, quase a metade estava convencida de que o Iraque era o responsável pelos ataques do 11 de setembro (comparada com apenas 3% que assim pensavam imediatamente após os ataques). Não surpreende que estas crenças cuidadosamente manipuladas estivessem correlacionadas com o apoio à guerra. Tratava-se de crenças que eram exclusivas dos EUA. Após setembro de 2002, os EUA converteram-se no único país do mundo em que 60% da população adulta acreditava que o Iraque representava uma ameaça iminente para sua segurança. Saddam Hussein não era temido, mas sim desprezado em países como o Kuwait e Irã, que haviam sido invadidos por ele. Kuwaitianos e iranianos sabiam perfeitamente bem que o Iraque tinha se transformado no estado mais fraco da região. No entanto, um ataque propagandístico altamente efetivo afastou o público estadunidense do espectro da opinião mundial. Isto foi um sucesso contundente daquilo que Anatol Lieven* chamou de “um programa de propaganda que, por sua hipocrisia sistemática, possui poucos paralelos na

* N. da T.: membro da Fundação Carnegie para a Paz Internacional, centro de estudos especializado em tema de paz e segurança mundiais, com sede em Washington.

democracia em tempos de paz” (ainda que, de fato não seja tão incomum). O sucesso é entendido seguramente por seus perpetradores e não deve ser ignorado por quem se preocupa pelo destino do mundo.

Como resultado destes sucessos, Bush pode inclusive proclamar, em sua extravagância a bordo do USS Abraham Lincoln, que a conquista do Iraque era uma vitória na “guerra contra o terror”. Seus conselheiros e escritores de discursos (*speech-writers*) seguramente tinham consciência de que a única relação conhecida entre o Iraque e o terror ao estilo da Al-Qaeda era que a invasão levou a um abrupto “aumento do recrutamento”¹¹ para a Al-Qaeda e que foi “um grande retrocesso na ‘guerra contra o terror’”¹², tal como observaram altos funcionários e outros especialistas, e como haviam previsto amplamente as agências de inteligência, entre outros. Mas em um sistema doutrinário bem manejado, mesmo uma declaração tão bizarra como esta pode ser anunciada com poucos temores de uma contradição significativa na corrente principal de opinião.

A discussão prévia à invasão esteve predominantemente restrita “aos temas pragmáticos”. A pergunta era se o governo dos EUA seguiria adiante com seus planos pagando custos internos aceitáveis. Uma vez iniciado o ataque ao Iraque, a reportagem sobre este tornou-se, em grande medida, um exercício vergonhoso de encorajar a equipe local, espantando boa parte do resto do mundo, assim como a muitos dentro do próprio país. Contudo, o efeito do pânico induzido pela propaganda midiática do governo persistiu. Estudos divulgados em junho revelaram que 34% da população acreditava que os EUA haviam encontrado armas de destruição em massa no Iraque (outros 7% não estavam certos) e 22% acreditavam que o Iraque havia usado armas químicas ou biológicas durante a guerra (outros 9% não estavam seguros).

AS ELITES GLOBAIS ESTÃO DIVIDIDAS

Os estrategistas esperam que sua versão da globalização siga seu curso. A inteligência estadunidense prevê que a mesma levará a um “aprofundamento da brecha econômica” e a uma “volatilidade financeira crônica”, aprofundando o pobre desempenho econômico que acompanhou a adesão às “reformas neoliberais”. A inteligência também prevê que “o aprofundamento da recessão econômica, a instabilidade política e a alienação cultural fomentarão o extremismo étnico, ideológico e religioso, assim como a violência que costuma acompanhá-los”, boa parte da qual está dirigida contra os EUA¹³. Os estrategistas militares fazem previsões similares; em parte, estes têm sido os motivos para a militarização do espaço a partir dos anos Clinton.

Claro está que o Governo Bush agrava estes problemas ao dizer ao mundo: “se vocês estão indefesos, nós nos sentimos livres para atacá-los quando quisermos; mas se vocês possuem capacidade dissuasiva, nós vamos retroceder, porque apenas atacamos alvos indefesos”. Comparemos o Iraque com a Coreia do Norte. O Iraque estava indefeso e fraco. Apesar do monstro horrível que governava o país, não representava ameaça alguma para ninguém. A Coreia do Norte, pelo contrário, não foi atacada porque possui força dissuasiva. Tem artilharia voltada para Seul, e se os EUA atacarem, pode destruir grande parte da Coreia do Sul e causar um número substancial de vítimas entre as forças estadunidenses estacionadas perto da fronteira (que seriam deslocadas para o sul, o que causa uma preocupação considerável na Coreia por medo do que isto implicaria).

Assim, os EUA estão dizendo aos países do mundo que desenvolvam uma rede terrorista, armas de destruição em massa ou algum outro meio dissuasivo crível. A CIA e outras agências de inteligência, assim como muitos especialistas em assuntos internacionais e terrorismo, alertaram sobre os riscos que acompanham a nova doutrina de “guerra preventiva” dos EUA, e alguns advertiram especificamente sobre os possíveis estímulos ao terrorismo e à proliferação de armas de destruição em massa¹⁴.

Seguramente, esta é em boa medida a razão pela qual a invasão do Iraque foi firmemente rejeitada nos principais centros do capitalismo corporativo. Em janeiro de 2003, no Fórum Econômico Mundial em Davos, a oposição foi tão forte que Powell foi praticamente vaiado quando tentou apresentar um argumento a favor da guerra. Com os últimos restos de uma ordem mundial que está sendo despedaçada, o Governo Bush está dizendo ao mundo que nada importa exceto a força. No entanto, as elites econômicas e diplomáticas estão preocupadas com a possibilidade de que outros não tolerem isto por muito tempo. Temem que o militarismo do Governo Bush possa se tornar muito caro para seus próprios interesses ou inclusive para sua sobrevivência.

Os estrategistas militares estadunidenses reconhecem perfeitamente os perigos. Isto forma parte de sua lógica para incrementar o gasto militar e para militarizar o espaço, ação que o resto do mundo tentou de impedir, sem muita esperança, enquanto o tema se mantinha fora da atenção dos estadunidenses, que têm a responsabilidade primária de detê-la. Poderiam detê-la se soubessem a seu respeito. Talvez esta seja a razão pela qual alguns fatos importantes ocorridos em outubro de 2002 não foram nem sequer dados a conhecer, entre eles a negativa dos EUA, secundada apenas por Israel, de apoiar as resoluções da ONU reafirmando o Protocolo de Genebra de 1925 que proíbe o uso de armas biológicas e reforçando o Tratado do Espaço Exterior de 1967, que proíbe o uso

do espaço para fins militares, incluindo armas ofensivas que muito bem podem levar os experimentos da biologia com a inteligência humana a um final sem glória.

A FORÇA SEM PRECEDENTES DA OPOSIÇÃO MUNDIAL

A oposição mundial à invasão do Iraque foi enorme e sem precedentes. Esteve motivada, em boa medida, não apenas pelo ataque, mas também pela estratégia geral de estabelecimento da nova “norma” da qual o ataque era um caso teste. As sondagens de opinião anteriores à guerra indicam uma oposição menor nos EUA que em qualquer outro lugar (durante e depois da guerra, estas últimas medições possuem um significado completamente diferente), mas seus resultados são enganosos. É necessário levar em conta o fator pânico, exclusivo dos EUA. Eliminado tal fator, a oposição do país provavelmente não seria muito diferente da média global, que foi assombrosa.

Freqüentemente são feitas comparações reveladoras com o Vietnã. Artigo por artigo se pergunta “onde estão aqueles que protestavam durante a era do Vietnã?”. A comparação deixa claro que o nível obviamente baixo de oposição das elites à guerra do Vietnã ainda persiste, a ponto de que os fatos nem sequer são reconhecidos. Efetivamente, durante vários anos houve muito poucos protestos em geral. Os EUA atacaram o Vietnã do Sul em 1962, quando o Governo Kennedy anunciou que a força aérea estadunidense estava bombardeando o país e também começou a usar napalm e armas químicas para destruir a provisão de alimentos, a realizar operações secretas contra a resistência local e a implantar programas que levaram milhões de pessoas ao que logo se transformaria em campos de concentração. Este tipo de ação é o que consideramos crime de guerra de agressão quando é realizado por nossos inimigos. Os protestos eram virtualmente inexistentes.

E tais protestos não atingiriam uma escala substantiva, a não ser vários anos mais tarde. Nesse momento, o Vietnã do Sul havia sido devastado, centenas de milhares de soldados estadunidenses estavam em campo e Washington havia estendido a guerra ao resto da Indochina. Em 1965, anos depois da agressão, na Boston liberal, as demonstrações pacíficas eram dissolvidas por meio da força com o apoio da imprensa liberal e da rádio que denunciava as pessoas que se atreviam a protestar contra uma guerra americana. Em 1966, até mesmo reuniões em igrejas chegaram a ser atacadas por contramanifestantes.

A reação à invasão do Iraque foi dramaticamente diferente. Houve enormes protestos muito antes que começasse o ataque. Os mesmos se repetiram no dia em que este foi lançado, e não houve contrademonstrações. Esta é

uma diferença radical. E a oposição teria sido muito mais importante não fosse a espetacular campanha de propaganda midiática do governo.

Não devemos subestimar o significado desta mudança das atitudes públicas. Os protestos contra a guerra na Indochina desenvolveram-se lentamente, mas, uma vez que começaram, no marco de um ativismo de alcance mais amplo, tiveram efeitos importantes. Por volta de 1968, o Conjunto do Estado Maior (*Joint Chiefs of Staff*) estava reticente em enviar mais tropas ao Vietnã porque temia necessitá-las para controlar a população nos EUA. O Governo de Reagan adotou inicialmente o modelo de Kennedy da “guerra contra o terror” declarada na América Central, mas retrocedeu após protestos populares imprevistos e inclinou-se, então, no sentido do “terror clandestino”, o que implica que a população dos EUA é mantida na ignorância enquanto todo o resto do mundo está a par. Um documento do primeiro Governo Bush que “vazou” em 1989 descrevia como os EUA deveriam travar as guerras no futuro. Dizia que nos conflitos com “inimigos muito mais fracos” (o único tipo de inimigo que é sensato enfrentar) as forças militares estadunidenses deveriam “derrotá-los decisiva e rapidamente”, ou o apoio popular estaria erodido. Já não são os anos 60 nos quais uma guerra podia ser travada por anos sem qualquer oposição. O governo sabe que não pode realizar uma agressão e destruição a longo prazo como no Vietnã porque a população não toleraria tal fato. O sistema doutrinário inventou uma “síndrome de Vietnã” baseado no medo de baixas, mas este é apenas um mecanismo para ocultar as razões reais que se tornam doutrinariamente inaceitáveis: existe muito menos tolerância pública para a agressão e a violência.

A agenda do movimento contra a Guerra deve agora orientar-se no sentido de assegurar que o Iraque seja governado pelos iraquianos genuinamente representativos e independentes, e para que os EUA e o Reino Unido forneçam reparações em massa pelo que fizeram no Iraque durante 20 anos (apoiar Saddam Hussein, duas guerras, e as sanções brutais que provavelmente causaram muito mais estrago e mortes que as guerras). Se isto é pedir demais, deve-se demandar ao menos ajuda em massa para que os iraquianos a utilizem como melhor lhes pareça, ajuda que não sejam subsídios dos contribuintes estadunidenses à Halliburton e Bechtel. Também deve ser prioridade da agenda que se ponha fim às políticas extremamente perigosas anunciadas na Estratégia de Segurança Nacional e realizadas em um “tubo de ensaio”. Com relação a isso, devem ser feitos sérios esforços para bloquear o próspero negócio de venda de armas que se prevê alegremente ser resultado da guerra, e que também contribuirá para tornar o mundo um lugar mais terrível e perigoso. Mas isto é apenas o princípio. O movimento contra a guerra está indissolúvelmente ligado aos movimentos pela justiça global que possuem objetivos muito mais ambiciosos.

NOTAS

- 1 Publicada no *Guardian* (02/05/2003).
- 2 Thomas Carothers, “The Reagan Years”, em Abraham Lowenthal, ed., *Exporting Democracy*, Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1991, e *In the Name of Democracy*, Berkeley: University of California Press, 1991; referindo-se ao “quintal” na América Central e o Caribe, que nos deram as mais ricas lições ao longo de um século.
- 3 *New York Times* (11/04/1991).
- 4 Thomas Friedman, *New York Times* (04/06/1991).
- 5 Para um comentário recente, veja van Sponeck, “Too Much Collateral Damage”, *Toronto Globe and Mail* (02/07/2002); Denis Halliday, “Scylla and Charybdis”, e Hans van Sponeck, “The Policy of Punishment”, *Al-Ahram Weekly* (26/12/2002).
- 6 Citado por Bob Herbert, “Spoils of War”, *New York Times*, Op-Ed. (10/04/2003).
- 7 Em *Al-Ahram Weekly* (3 ao 9/04/2003).
- 8 David Sanger and Steven Weisman, “Bush’s Aides Envision New Influence in Region”, *New York Times* (10/04/2003).
- 9 Adam Nagourney e Richard Stevenson, “Pushing an Agenda, Far From Iraq”, *New York Times* (05/04/2003).
- 10 Discurso do presidente Bush em Cincinnati (07/10/2002).
- 11 David Johnston e Don Van Natta, “U.S. Officials See Signs of Revived Al Qaeda in Several Nations,” *New York Times* (17/05/2003). Sobre o crescimento abrupto, veja também Don Van Natta e Desmond Butler, “Anger on Iraq Seen as Al Qaeda Recruiting Tool,” *New York Times* (16/03/2003); Scott Atran, “Who Wants to Be a Martyr,” *New York Times* Op-ed. (05/05/2003).
- 12 Jason Burke, “Terror’s Myriad Faces,” *Sunday Observer* (18/05/2003).
- 13 National Intelligence Council, *Global Trends 2015: A Dialogue About the Future With Nongovernment Experts*, Washington (12/2000).
- 14 Veja, entre outros, artigos nas duas principais revistas de política externa, *Foreign Affairs* e *Foreign Policy*; um estudo incomum realizado pela American Academy of Arts and Sciences, *War in Iraq*; Kenneth Waltz em Ken Booth e Tim Dunne, eds., *World in Collision*, London: Palgrave, 2002; e o relatório da Hart-Rudman Commission sobre as ameaças terroristas aos Estados Unidos.